

que decorreram no Centro Cultural Português/Instituto Camões, onde também e à imagem do que aconteceu na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico de Maputo, local onde decorreu o Seminário, estava patente uma exposição de arquitectura com a colaboração de arquitectos e instituições de vários países.

Sobre o Seminário subordinado ao tema "Populações, Migrações e Arquitectura", dividido nos três subtemas da Cultura e Soluções para melhoria dos Assentamentos Humanos, Habitat e Emergência e Polarização da Estrutura Urbana, foram apresentadas dezoito comunicações defendidas por Colegas de seis países, seguidas de espaços de debate. Pecou por defeito o tempo destinado às Comunicações e debates, não tendo mesmo sido possível a inclusão de algumas comunicações de última hora, o que espelha a ampla participação e discussão do importante tema que a todos sensibilizou.

Para além dos diversos textos de reflexão e enquadramento genérico ao assunto feitos por colegas de vários países, incluindo a África do Sul, outros houve exemplificando experiências concretas de novas urbanizações/assentamentos, como na Província do Zaire ou em Luanda Sul, no caso de Angola, ou em Maputo/Moçambique ou em Lichinga, no caso de Moçambique. Muitos outros casos poderiam ter sido analisados quer em outros países africanos, quer no Brasil, quer mesmo em Portugal, de onde acabou por não chegar a comunicação prometida sobre o novo assentamento ou reinstalação da Aldeia da Luz decorrente da barragem do Alqueva. É uma temática que comporta e comportará sempre novas realidades e experiências diversas. Daí também o aliciante nas suas diversas formas de abordagem.

Teve também êxito o grande esforço que a Junta Directiva do CIALP e a Associação de Arquitectos de Moçambique fizeram no sentido dos colegas porem por escrito atempadamente o conteúdo das suas comunicações, pois pela primeira vez nos oito encontros deste Conselho Internacional existem essas importantes contribuições de praticamente todas as intervenções que, independentemente da sua publicação pontual no Boletim CIALP, poderão ser alvo de uma edição posterior.

Ao longo dos cerca de oito dias de permanência em Moçambique da generalidade dos participantes no Encontro foram bastante interessantes as visitas técnicas guiadas pelos Colegas moçambicanos, quer as organizadas com um carácter formal e alargado, quer as mais informais em pequenos grupos, dando a conhecer, particularmente no respeitante a Maputo e seus arredores, desde a cidade oitocentista, passando pelos vários períodos do século XX, designadamente algumas notáveis realizações do período moderno, até às intervenções mais recentes. Destacável pela sua sintonia com a temática do Seminário, foi a visita ao novo "assentamento" de Magoanine, já na periferia de Maputo, no seguimento do Mercado de Chiquelene, decorrente da tragédia das cheias do passado ano de 2000.

Sendo embora o CIALP um Conselho aberto, constituído pelas várias associações/ordens de arquitectos dos países de língua portuguesa, o certo é que para além da Junta Directiva, é a associação anfitriã dos encontros, a secção nacional particularmente

sobrecarregada com as tarefas organizativas inerentes a estes complexos encontros e particularmente responsável pelos seus êxitos.

Não será demais salientar o trabalho da Arquitrave- Associação de Arquitectos de Moçambique no seu todo, e particularmente dos Colegas Jaime Comiche, Mário Rosário, João Tique, Júlio Carrilho, Maria dos Anjos Rosário, de entre tantos outros que também nos bastidores apoiavam os trabalhos. Foi igualmente estimulante a disponibilidade do Centro Cultural Português/Instituto Camões e do Dr. António Valente, Embaixador de Portugal em Moçambique, assim como da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, com relevo para o seu representante e professor, o Colega Luis Lage, igualmente comunicante no Seminário.

Outro objectivo relevante complementar do Seminário, que deu também passos interessantes, foi o contacto havido para o efeito entre várias Universidades dos países de língua portuguesa, com a presença de representantes de Faculdades de Arquitectura de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal. É pois esta uma área importante de cooperação efectiva que importa abrir e explorar com imaginação, tendo sempre como objectivo os potenciais benefícios multilaterais que indicia, facilitados por afinidades históricas e linguísticas que importa de facto concretizar e implementar.

Decorreu ainda em Maputo a 8.ª Assembleia Geral do CIALP, restrita aos Membros da Junta Directiva e aos Delegados das diversas associações/ordens nacionais, com uma carregada pauta ou ordem de trabalhos de nove pontos, dos quais o último consistia na eleição dos elementos constituintes da nova Junta Directiva para o próximo biénio, conforme os Estatutos deste Conselho Internacional.

Acordou-se que o 9.º Encontro CIALP de 2002 decorreria desejavelmente em Cabo-Verde, aguardando-se para o efeito até ao final do corrente ano a sua confirmação pela Ordem dos Arquitectos Cabo-Verdianos. Face às dificuldades compreensíveis de Timor Leste e S. Tomé e Príncipe, únicos países ou regiões onde ainda não se realizaram encontros, foi feito o desafio àquela nova Ordem de Arquitectos, formada no ano de 2000, decorrente da anterior Associação dos Engenheiros e Arquitectos Cabo-Verdianos, já que os colegas deste País tiveram essa experiência organizativa quando do 2.º Encontro na Cidade da Praia, em 1993.

Foi a Assembleia Geral uma reunião proveitosa e promissora nos objectivos trocados, a incluir com maior detalhe no Plano de Actividades a ser desenvolvido no curto prazo pela nova Junta Directiva, para a qual foram eleitos para Presidente, o Colega Mário Rosário de Moçambique, para Vice-Presidente, o Colega Domingos Fernandes Gomes da Guiné-Bissau, e para Secretário Geral, o Colega António Reis Cabrita de Portugal.

Em nome da Junta Directiva cessante, envia-se um voto de sinceras saudações e dos bons sucessos na condução do seu/nosso Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa.

José Silva Carvalho, Arquitecto
Presidente cessante do CIALP

Instituto Camões | Centro Cultural Português, onde se realizaram duas mesas redondas e uma exposição de arquitectura



Exposição de arquitectura no Instituto Camões | Centro Cultural Português



Que papel para Arquitecto e Urbanista numa sociedade em crescimento?

Há muito tempo que se me coloca a questão de qual o papel do profissional, neste caso um Arquitecto ou um Urbanista numa sociedade, como a Sociedade Moçambicana, em que o nível das necessidades é ainda muito primário e onde as capacidades de geração de rendimentos são ainda pouco mais de nada e a capacidade de acumulação um pouco menos de nada. Assim as necessidades de infraestruturas e espaços edificados é imensa mas a capacidade de afirmação nacional é ainda pouco formalizada o que torna muito mais complexa a resposta profissional.

Por outro lado, este nível primário de desenvolvimento é razão de existência de um extracto social consumista e pouco produtivo, em termos de produção de riqueza material, mas que acumula o tanto que se vê cristalizado nas estruturas urbanas dos principais assentamentos humanos do País e não só, assentamentos urbanos nacionais que vão funcionando a duas velocidades totalmente distintas – a dos que vivem e a dos que sobrevivem, misturados ambos com a velocidade dos grandes interesses da região que determinam a liberdade de se continuar a pensar que se pode ser independente dentro dos limites económicos, políticos e até culturais predefinidos.

E é assim que nestes últimos 25 anos deste jovem País de língua portuguesa se tem assistido ao processo de aprendizagem do negócio de aquisição de planos e projectos já prontos deitando fora os que, apesar de pagos, se verifica que não são deste contexto. Os que são aproveitáveis e aprováveis são preferencialmente os que dão margem a uma especulação fundiária que não é invenção nem actual nem local.

Também se assiste ao processo de aprendizagem de como os do Hemisfério Norte vivem e produzem os seus espaços, uma aprendizagem rapidamente copiada, às vezes mal copiada e impossível de assimilar, mas como tal assimilação é condição para integração económica e social nas elites doadoras e governativas do país então se faz um esforço para criar a galinha no terceiro andar e subir e descer o pilão pois não dá jeito pillar no quinto andar assim como fazer fogo sobre o soalho.

Houve altura em que se pensou poder encontrar um modelo africano de cidade, racionalmente adaptado ao mesmo tempo ao cabrito e ao computador e televisão, às três mulheres e muitos filhos mas sem espaço de machamba, e quantos mais anos passam mais longe estamos dessa adaptação. Cada vez mais custa manter o esforço de conservar e expandir uma cidade onde cada vez mais só os buro- e tecnocratas é que têm a propriedade de usufruir do investimento acumulado produzido por centenas de produtores que sobrevivem de muito pouco e com muito pouco graças a um clima pouco rigoroso.

Cada vez mais, com o passar dos anos, encontramos gente, humanos, que nunca viram a estrada asfaltada, o carro, o Branco, a luz eléctrica, a água potável para não falar de um serviço de saúde mínimo, de um serviço de extensão agrícola, e cada vez mais jovens há que já nem conheceram o famoso colonialismo cuja responsabilidade pelo subdesenvolvimento já se gastou faz tempo. Mas todos estes têm de votar sem informação eleitoral, e têm de considerar que elegeram "democraticamente" um governo, que passa a ser o seu governo mesmo que este por vezes esteja contra o próprio eleitor, pois para além de muitas outras razões a máquina governativa continua a ter de contar com estranhos para formar os seus int-

electuais, os seus técnicos, os seus governantes que se fazem pagar pela bitola dos seus formadores e não pela bitola dos eleitores que produzem e que são a razão de ser do seu trabalho.

Assim se me levanta a questão de que tipo de Cidadão Arquitecto e Urbanista precisamos de ser e de como formar as novas gerações capazes de repensar a Forma e o Espaço habitáveis e vivíveis pelos cidadãos destes territórios duma Nação que se procura afirmar como tal. Será mesmo necessário saber todas as ordens e estilos arquitectónicos para responder às necessidades de sobrevivência de todo um povo onde a emergência da fome e das forças da Natureza é a sua preocupação fundamental? Será mesmo necessário desenhar electronicamente para quem nunca vai ter luz eléctrica nos próximos tempos? Que estrutura urbana propôr para um território de sobrevivência e de constante exploração por terceiros?.

Experimentei com outros amigos e profissionais, muitos deles Arquitectos e Urbanistas, pôr mãos à obra à procura de caminhos alternativos e há cerca de 10 anos que nos sentamos à volta da fogueira com mais de 100 comunidades urbanas e rurais e de mãos nuas, sem computadores, sem câmaras digitais, introsamos as nossas vontades com as vontades dessas comunidades e com muito pouco se vem empenhando um conjunto de esforços na formação de centenas de seres humanos, na edificação de espaços à medida do avanço da formação assimilada pelos próprios utentes dos espaços. O balanço é mais do que positivo. A consciência de cidadania é grande embora a dimensão nacional não seja palpável apesar dos 26 anos de adolescência desta nova Nação. Por outro lado parece ser fatal que este caminho tem os dias contados! Se descobre que é na diferença que está a riqueza de um Povo embora se assista por todo o lado à manipulação da diferença para criar guerras lucrativas para alguns poucos. Que é na tolerância que está a possibilidade de crescimento equilibrado de todos.

Que papel construir para nós os Arquitectos e Urbanistas nesta sociedade sempre em emergência? Como nos prepararmos para um desempenho adequado em benefício do cidadão e da sociedade sem que tenha de ser parasita?

Não sei! gostaria de debater experimentando caminhos diferentes dos convencionais com todos aqueles que se preocupam com estas Ciências Humanas e Sociais e com as Técnicas que permitem realizar o nosso pensamento.

É um convite ao debate aberto pelo menos àqueles com quem partilhámos a língua portuguesa e a arte de projectar espaços arquitectónicos e urbanos.

Mais de 50% dos Arquitectos se concentram na capital degladiando-se para responder à demanda dos clientes ocidentalizados. Mais de 50% dos mesmos arquitectos se tornou funcionário público e dirigente governamental. Poucos os que se dedicam ao território rural deste imenso país, o País Real onde sobrevive a população. A grande ecomenda de organização de espaços nem sempre é formulada para as capacidades do país.

Mário António Rosário, Arquitecto
Presidente eleito do CIALP

MAPUTO

CAPITAL DA TRANSIÇÃO CULTURAL ENTRE O SÚBÚRBIO E A CIDADE

Comunicação ao Seminário de Arquitectos de Língua Portuguesa, Maputo, 24 de Julho de 2001

Para Júlio Carrilho,
Rui Pimentel,
Jaime Comiche e Genas,
meus amigos.

"O homem não inventou a cidade; a cidade é que criou o homem e os seus costumes. Urbanidade vem originalmente da palavra latina para cidade. A cidade como a conhecemos foi originada possivelmente na Ásia, entre o sexto e o primeiro milénio antes de Cristo. Mas é na Grécia, onde surge a cidade-Estado ou polis, que a ideia de cidade atingiu o seu auge com o que Aristóteles chamou "uma vida comum para um fim nobre". Em Roma, criadora do império Romano, a cidade, a própria Roma, edificada originalmente sem plano nem ordem, cresceu até se transformar num modelo de outras cidades criadas à sua imagem e semelhança. Sob os Antoninos, Roma chegou a ter quase dois milhões de habitantes, onde os ricos viviam em esplendor e os pobres na miséria, criando o que até hoje em dia se chamam ilhas ou solares. Mas a cidade foi destruída mais do que uma vez pelo homem que julgou criá-la. Segundo a lenda, Nero incendiou Roma, mas Roma foi reconstruída e vive até aos nossos dias: a única cidade que é uma lição de história. Outras cidades, como Berlim ou La Habana, foram destruídas pela guerra ou pela negligência dos seus governantes"

Este "Elogio da cidade" não me pertence. Furtei-o a um escritor cubano, Guillermo Cabrera Infante, há muito exilado da sua Havana e de Cuba, que acaba de editar "O Livro das Cidades".

Roubei estas palavras ao cubano Cabrera Infante porque falarei da cidade com os olhos de quem escreve. Permitir-me-ão alguns dislates, mas como deverão estar prevenidos, eu não sou arquitecto, ou melhor só me posso

considerar arquitecto no sentido simbólico do termo. Meu ofício é a obstinada e quotidiana tarefa de alinhar palavras.

Ainda por cima, a arquitectura devolve-me sempre aquela sensação mágica pelas cousas que não domino. Aquela atitude de profunda reverência de quem não é conhecedor desta forma de entender o mundo, uma forma superior, creio eu.

Acredito que exista uma identidade entre arquitectura e literatura, quanto mais não seja a um nível bastante subterrâneo. Os projectos são também livros, por assim dizer. Eles definem os conceitos tangíveis e intangíveis que nos permitem ler os edifícios sonhados. Assim é também quando escrevemos livros. É como nos projectos. Neles estão as nossas estórias, os nossos personagens, lá estão os nossos sonhos – os nossos edifícios sentimentais, históricos, políticos. Um arquitecto, no fundo, quando projecta tem o mesmo impulso que o romancista, quero crer. Sobre o estirador ou sobre o computador há personagens que se movem, sejam os futuros utilitários do edifício rabiscado ou os heróis da estória congemina-da.

Ao escrevermos livros também nos abalançamos, de certo modo, numa espécie criação arquitectónica. Provavelmente é uma grande asneira o que digo agora, mas para que servem estas ocasiões se não nos permitirmos à liberdade de dizer alguns disparates, também? O livro tem estrutura, quero dizer arquitectura, a estória é feita como se se construísse uma casa. Antes da sua implantação, sonha-se, projecta. Mais tarde vem a abertura de caboucos, a feitura das fundações, os pilares, o

Exposição de trabalhos dos estudantes e venda de livros na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico

Comunicação do colega português Manuel Fernandes de Sá no Seminário Temático



lançamento das vigas, o levantamento da alvenaria. O livro também tem sapatas e lajes de cobertura. Tudo o que o arquitectura tem que prever e estabelecer à priori. O escritor segue um processo idêntico. Mas mais do que isso existe entre ambos uma aguda sensibilidade para este acto indescritível que é a criação.

No fundo, os arquitectos também são poetas porque sonham, sondam o futuro sobre as paisagem que visitam no seu trabalho preliminar. Os arquitectos também escrevem quando se debruçam sobre o estirador ou a pantalha do computador. Não falo apenas dos arquitectos-escretores como o meu bom amigo Júlio Carrilho, que nos dois officios se deixa contaminar pelos avatares da arquitectura quando escreve e pelo deslumbramento da poesia quando projecta.

Falo do facto de actuarmos todos ao nível dos signos. Os nossos officios tem pontos de intersecção, inter cruzam-se. Quem lê um projecto descodifica uma linguagem com um alto poder simbólico. As metáforas do arquitecto estão inscritas nas formas que ele preconiza e que o empreiteiro da obra realiza, mais tarde. As dos escritores descobrem-se nas palavras que o editor dará forma e chancela. Por isso, acredito que a arquitectura pode ser também uma forma sublime de arte e de cultura. Tenho esta sensação principalmente quando o destino me privilegia com as parcas viagens que realizei até hoje a minha vida.

Eu sou um amante inveterado das viagens. Utilizo-as amiúde para galgar certas cidades. Cruzar mapas, adejar em aeroportos, atravessar longas auto-estradas, alcançar pontes, abraçar rios, contemplar os mares. O officio de viajante é aquele que definitivamente gostaria de cumprir para sempre. Ser sedentário é algo que me aterroriza.

Porque gosto tanto de viajar e de conhecer cidades? – pergunto-me, muitas vezes. Por que tanto me empolgo quando se anuncia uma viagem?

Porque estou convencido de que as cidades são lombadas de livros por abrir. Assim como amo os livros, modelo do mesmo modo a minha relação com cidades numa espécie de cumplicidade inédita entre a escrita dos textos e a escrita das formas. São linguagens, modos de dizer.

Numa viagem nós lemos eventualmente o equivalente a uma estante. Talvez seja um exagero esta comparação. Mas quem viaja e sabe perscrutar os homens e as suas circunstâncias pode muito bem fazer um bom diagnóstico da sociedade em causa.

Contudo, devo dizer-vos que o meu amor pela cidade não radica apenas na admiração pelas estátuas, pelos edificios ou monumentos. É claro que adoro o bulício das cidades. O rumor que elas desprendem nas ruas desconhecidas em que circulamos à sua descoberta. Os labirintos apaixonam-me. Gosto de serpentear as cidades desconhecidas.

Comunicação do colega moçambicano Júlio Carrilho no Seminário Temático

Escrevi sobre algumas muitas cidades que visitei. Escusado será relatar aqui o roteiro das cidades que conheço, seria enfadonho e imodesto, há aqui pessoas que viajaram muito mais do que eu. Não é isso que está em causa. O que vos quero dizer quando aludo a estes factos é sublinhar o seguinte: o que mais me impressiona nos lugares que visito são as pessoas. Há certos personagens que viajam comigo até hoje e que foram roubados às suas cidades. Seja em África, ou na Europa, na América Latina ou na Ásia.

Nasci em Maputo. A despeito de cinco anos que passei em Nacala, nos primórdios da nossa Independência, acompanhando o meu pai, que fora transferido para o Porto, onde ele era ferro-portuário, e outros tantos que expendi em Lisboa, a fazer um curso, escrever livros e atardar-me pela redacção de alguns jornais, a despeito disso, dizia, passei toda a minha vida aqui.

Maputo não é labiríntica, está desenhada a régua e esquadro. As suas avenidas e ruas e praças traçam percursos paralelos, rectangulares ou perpendiculares. É evidente que a cidade evoluiu em direcção ao mar, o que lhe confere um encanto especial. Mas Maputo não tem os labirintos que eu procuro na descoberta das cidades.

Como se explica então o meu amor por Maputo? Antes de tudo porque é a minha cidade. Por este forte sentimento de pertença.

Foi este sentimento que me levou a escrever sobre esta cidade. Fi-lo em "Maputo – desenrascar a vida", álbum de fotografias, no qual coligi imagens espantosas de diversos fotojornalistas moçambicanos ou estrangeiros que se deixaram moçambicanizar na sua passagem por aqui. A estas belas imagens aduzi algumas das minhas incompetentes palavras, com estórias imaginadas de personagens e vezes que habitam a cidade.

Para além dessa experiência gratificante, escrevi "A cidade lúbrica", um livro de poemas onde mapeio as cidades que me empolgaram e dedico a Maputo poemas de um amor incurável.

Quero acreditar que foi esta minha démarche por Maputo e pela cidade que motivou este surpreendente convite para estar aqui.

Agradeço esta honra me concedem. Saúdo-vos a todos moçambicanos e os que vieram de outros países de língua portuguesa.

Sem querer ser presunçoso dir-vos-eu que sou um homem de cidade. Falava há pouco das cidades, das grandes capitais, das metrópoles, onde tradições seculares semeiam o espanto de quem chega. Muitas vezes nesses distantes lugares, de continentes ou ilhas igualmente distantes, capitais mais distantes cada vez mais, nas quais se erguem muros para proibir a transitoriedade dos que marcham do Sul, à procura de um destino menos incerto, o que elas guardam de mais precioso, creio, são

Exposição do desenvolvimento do Bairro de Magoanine pelo Arquitecto Higino do Município de Maputo



8º ENCONTRO DE MAPUTO DE JULHO 2001

Arquitetura - Associação de Arquitectos de Moçambique

EKA

AGUIALFA

MAPUTO



Junta Directiva cessante do CIALP, com alguns dos delegados à Assembleia Geral ordinária de Maputo



Convívio em Maputo. Da esq. para a dir., António Reis Cabrita (Portugal), Caldeira Cabral (Portugal), José Dias (Macau), Cristina Salvador (Portugal), José Silva Carvalho (Portugal), Jorge Farelo Pinto (Portugal), Luís António Souza (Brasil) e Jaime Comiche (Moçambique)

as suas pedras. E os homens que nelas habitam disso muito se orgulham.

Aqui, em Maputo, existem algumas pedras exemplares. Não obstante, Maputo tem candura pelo lado das pessoas. Maputo edifica-se basicamente no olhar das pessoas – disse-o no livro acima citado e aqui resgato esta afirmação.

Quem por aqui passa e não se atarda a admirar a retina dos seus habitantes, corre o risco de não entender esta cidade. No olhar se estabelece a cumplicidade entre as pessoas. O olhar constrói edifícios sólidos, tece, entretece relações. Une, desune. Aproxima, distancia. O olhar, meus amigos, estabelece também, no meu fraco entender, a gloriosa ponte da humanidade - aquilo que faz falta para desorganizar o caos e instalar a harmonia neste tempo que nos coube viver.

Esta cidade foi marcada, em grande medida, pela guerra. Esta guerra, a última que vivemos no século XX, estilhaçou até ao âmago o tecido social moçambicano. Esta guerra matou crianças, mulheres, homens e velhos. Esta guerra calcinou as estradas, derrubou pontes. Esta guerra desarticulou infra-estruturas. Mas sobretudo esta guerra abalou o nosso imaginário, destruiu alguns os pilares da nossa cultura, ou das nossas expressões culturais.

As cidades são também elas próprias vítimas desta guerra. São vítimas dos anos infundáveis sem água, dos tempos de agonia em que nada funcionava, da excessiva população que foram obrigadas a aceitar e a albergar, populações foragidas das baionetas que atravessavam os ventres das aldeias. Muita da desorientação que vivemos nas cidades provém desta sequela indelével – a guerra.

Sabe-se: Maputo é repositório de grande sofrimento, hoje. A maior parte dos seus habitantes vive nas margens da sobrevivência. Nela se escondem os vencidos da vida. Nela se acoitam os que noutros lugares perderam a tranquilidade.

Maputo é no fundo a capital da ilusão. A capital do êxodo e da migração da população, que a requisita numa permanente demanda, em busca da felicidade. Felicidade ilusória e, provavelmente, inalcançável, mas que está inscrita na aflição quotidiana dos que a procuram ou nela sobrevivem.

As duas últimas décadas foram uma época em que o empobrecimento na cidade ganha forma e tem uma face visível. É quando surgem os ofícios marginais. Os homens interpelam a rua para desenrascar a vida. Hoje a pobreza agrava-se, com ela assistimos ao surgimento de outros valores.

Enquanto rurais, os moçambicanos dominam o espaço, privado e público, no qual habitam. Vejam-se as soluções, diversas, ressaltando em cada região os ditames culturais das etnias dominantes. No Norte, quem caminha de Nampula a Nacala, pode ver casas e espaços em que elas se articulam com soluções locais de grande quali-

dade e de um teor estético intenso. Mas também vemos no Centro e no Sul, onde o moçambicano sabe coabitar com a natureza. Nos montes Limbombos por exemplo existem casas feitas de pedra de Namaacha e outras locais com estética e robustez.

O grande problema reside nos subúrbios, que se alcançaram à volta dos centros urbanos, que foram e são centros de acomodação de muitos servidores da cidade em diversos ofícios, que são o acoito de muitos dos que não têm lugar na cidade prometida. Renegaram o campo que lhes deu origem, mas não alcançaram a cidade que almejavam.

Recordo um poema do meu saudoso amigo Rui Nogar, ele que fazia o percurso da cidade ao subúrbio, conhecedor profundo da periferia. Chamava-se "Nove Hora" e narra os sobressaltos dos subúrbios. Mas existe literatura bastante que fala da condição de suburbanos de muitos moçambicanos, tanto antes como depois da Independência, em 1975.

São textos que nos fazem viajar para esse outro mundo de atalhos apertados, onde a falta de espaço é absoluta, as casas estão sobrepostas, o olfacto experimenta todos os cheiros possíveis, seja de detritos humanos, da água suja, eu sei lá!

Parece que Maputo resgata hoje esse modo de estar. Com o lixo que a bordeja. No campo, o lixo é enterrado. Não se vive com lixo à porta, fedendo durante dias. Maputo é agora uma capital ensombrada pelo lixo. Maputo contradiz-se nessa dificuldade de ser cidade, numa espécie de longa e dolorosa transição entre o subúrbio e a cidade.

Muitas destas contradições são da ordem cultural. No campo nós temos uma cultura determinada, na cidade também. Creio não estar longe da verdade se disser que no subúrbio existe uma sub-cultura, algo descaracterizada.

Muitos de nós chegámos à cidade sem cultura urbana, mas também já não somos detentores dos valores da cultura rural. Não vejo que isso seja um mal em si. Temos que reconhecer o facto e fazer dele um instrumento de pedagogia. Muitos de nós somos beneficiários do 24 de Julho de 1976, passam hoje 25 anos, o dia em que foram anunciadas as nacionalizações.

Eu próprio vivi alguns anos no subúrbio, ali na Munhuana, do lado que hoje se convencionou chamar Minkadjuine. À frente da casa de minha avó, com quem vivia na altura, havia e há um edifício de três andares. Era a glória da minha infância, passada no baldio em frente e diante da loja do Muchina, onde ia espreitar os seios das meninas que vendiam na sua varanda mabadjia e matoritori. Havia um campo em frente, a malta da minha idade jogava futebol, mas eu era inábil para essas práticas. Dali, vulgo Bairro Indígena, a cidade estava distante. Mas isso foi algo passageiro, a Revolução permitiu-me, aos sete anos,



Delegações ao Encontro CIALP na Costa do Sol, em Maputo



Nova Junta Directiva eleita em Maputo. Da esq. para a dir., Domingos Fernandes Gomes, Vice-Presidente (Guiné-Bissau), Mário Rosário, Presidente (Moçambique), e António Reis Cabrita, Secretário Geral (Portugal)

subir pela Avenida de Angola e descobrir e adoptar a cidade.

Os desencontros culturais num lugar que deveria ser o primordial lugar de encontros culturais verifica-se constantemente. É natural que assim seja. Tenho dito – e faço quesília nisso – de que nós temos o direito de fazer o que entendemos com o nosso destino. Afinal, era lúdima a expressão da nossa Independência.

É evidente que temos que ser críticos e construtivos para que a degradação da cidade não continue de forma galopante. Há cerca de dez anos, formámos os primeiros moçambicanos em arquitectura e em planeamento físico, numa universidade nossa. A sua intervenção já é visível, mas leva tempo e não depende apenas do seu esforço.

Contudo, nem tudo vai mal nesta nossa cidade, catedral de todas as crenças e esperanças. Apesar da violência que condiciona o nosso modo de estar e de viver. É evidente que as circunstâncias históricas, políticas e culturais, é evidente que a mentalidade, diria mesmo o imaginário, condicionam a arquitectura que já se faz, que começa a fazer-se.

Depois, Maputo levanta-se nos últimos anos do torpor dos anos da guerra. A capital refaz-se, as suas esplendorosas casas renascem, gradeadas, é certo, mas começa um movimento de reabilitação de imóveis impressionante. Também somos atingidos, no melhor sentido, pela voragem da construção. Entre algum bom senso e a total ausência de senso e gosto, é certo. Mas a cidade expande-se.

À volta da cidade nascem bairros, cresce a Grande Maputo. Mas falta-nos a dimensão urbana. Construimos casas de luxo numa lógica de subúrbio. Quase sem arruamentos, sem rede de esgotos, sem espaços sociais, sem um conjunto de facilidades que possam servir os cidadãos. Apenas casas sobre casas.

Quando chegámos a esta capital da ilusão colectiva e da promessa dos nossos destinos individuais, olhávamos para as capitais africanas, como as da África Ocidental, como os lugares da grande confusão. Não só porque albergavam massas populacionais enormíssimas e insuportáveis mas também porque nelas havia o rumor intenso da confusão que é comum encontrar agora em Maputo, que há 25 anos era bastante "urbana" e que se vai contaminar pelo modo de ser e de estar do subúrbio.

Entre os Mercedes e os Pajeros dos que podem e os txoxita duma dos que desenrascam a vida, as nossas vias públicas, assaltadas pelos chapas, transformam a cidade numa arena de uma violência inusitada. É a guerra civil generalizada, onde todos estão contra todos.

Maputo é também um grande mictório público. Aqui se pratica fecalismo a céu aberto – uma expressão consagrada pelo nosso jornalismo. É degradante.

A grande crise de valores que se agudizou nos anos 80 aqui esta a resultar.

A cidade é também um lugar de cultura. É preciso que haja espaço para que os cidadãos leiam, vejam cinema, visitem

exposições. Existem alguns centros culturais, mas eles advêm das chancelarias estrangeiras. A urbanidade constrói-se assim também. Com cultura.

Nós somos uma cidade ainda dominada pelo privado. O espaço público impõe-se. Ele ajudará a criar esta cultura urbana.

A cidade tem hoje 114 anos. Foi e tem sido uma encruzilhada de culturas. Povos e culturas que por vezes se degladiaram, noutras circunstâncias fundaram uma convivência pacífica. O que é facto é que Maputo resgatou, ao longo dos anos, a possibilidade de ser um repositório indispensável da nossa memória colectiva.

Maputo sobreviveu a décadas de profundíssimas transformações. As suas terríveis contradições espelham as épocas e as vivências nela permitidas.

Maputo é também cosmopolita, tem casas de luxo, hotéis e restaurantes de primeira, esplanadas esplendorosas e amplas, cafés. Maputo tem carros indescritíveis, uns lícitos outros nem tanto como isso. A capital não é só feita de deserdados que pedem a cada esquina o naco de pão que lhes falta. Não é apenas a mão estendida da caridade, o mendigo que não se cansa de importunar.

A despeito, penso que chegou o momento de cultivarmos também uma cultura de responsabilização colectiva. Os que nos governos devem cumprir as suas tarefas, nós devemos participar como cidadãos. Não vejo como é que podemos exigir se não contribuimos para a edibilidade.

(Eu tenho que pagar o imposto à minha cidade para exigir que me tirem o lixo, que escoem os meus detritos, que plantem árvores, que eu tenha jardins.)

Temos que estabelecer um novo pacto nesta cidade. Contra a violência, antes de tudo. Se não estaremos condenados a viver numa cidade aprisionada. Mas temos sobretudo que investir na pedagogia da cultura urbana. Muitos de nós viemos de uma cultura de transição, a cultura urbana adquirimo-la com o tempo, neste exercício longo e doloroso.

Este quadro que tracei de Maputo não pretende ser uma caricatura. Julgo que todas as nossas cidades são lugares de aprendizagem, um lugar de transição, para uma nova cultura. Maputo, entre todas, aquela que tem condições, pela dimensão e ecletismo, de ser o lugar de charneira, a capital desta transição.

Os arquitectos têm aqui uma intervenção decisiva no estabelecimento desta harmonia que nos permita praticar uma coabitação tranquila na cidade. Seja em Maputo ou Xai-Xai, Inhambane ou Beira, Chimoio ou Quelimane, Tete ou Nampula, Lichinga ou Pemba. No fundo, o que nos deve mover é aquilo que já dizia Aristóteles: "uma vida comum para um fim nobre". Para tal, teremos que saber reinventar com a ajuda inestimável dos nossos arquitectos esta sabedoria exemplar do antigo filósofo grego.

Nelson Saúte
Maputo, 24 de Julho de 2001

Os dois artigos que se seguem foram retirados da «Newsletter» Arquitectura n.º 3 de Junho/Julho 2001, boletim da Associação dos Arquitectos de Macau. «A Casa do Mandarin» é um «recorte» de imprensa e o segundo, da autoria do colega Rui Leão, é uma tradução livre da nota sobre o «International Symposium on the Culture of Metropolis in Macau».

A Casa do Mandarin

A preservação de um dos mais emblemáticos e significativos edifícios históricos chineses foi finalmente assegurada, depois de um consenso alcançado entre o Governo da RAEM e a empresa de investimento que detém a casa da família Cheang, mais conhecida pela Casa do Mandarin.

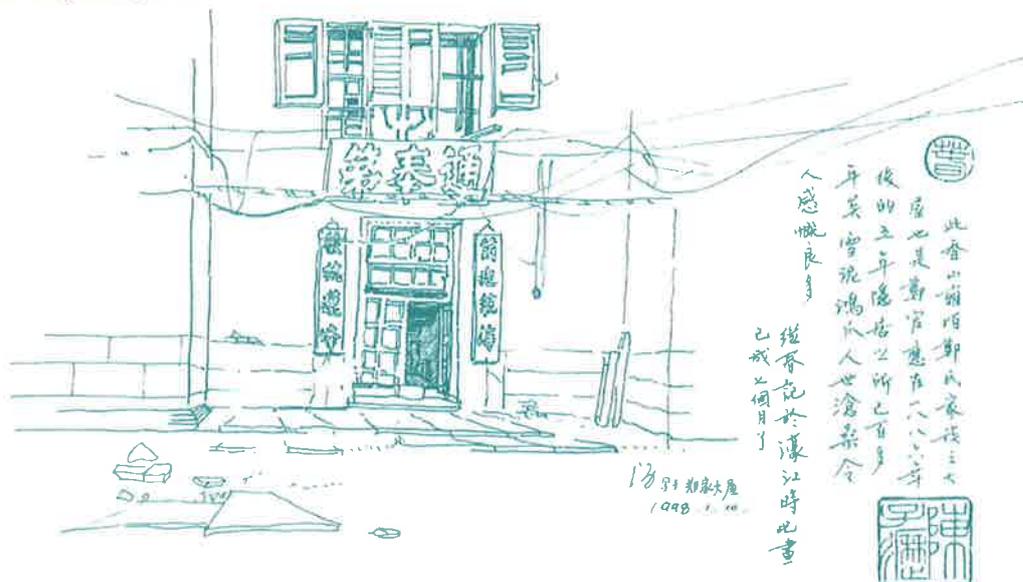
Depois de anos e anos de conversas infrutíferas, (...) os direitos de propriedade do imóvel, em estado avançado de degradação - situado na zona do Lilau -

estão resolvidos, afirmou ontem o secretário para as Obras Públicas, Ao Man Long.

Em troca do edifício e do terreno que em finais do século passado acolheram o fundador da República Chinesa, Sun Lat Sen, o Governo concede à imobiliária um terreno situado nos lagos Nam Van.

Ao Man Long afirmou que o valor do prémio do terreno a conceder será sempre inferior ou quanto muito equivalente ao da Casa do Mandarin (...). O próximo passo, segundo o responsável pelas Obras Públicas, é o da recuperação e consolidação da estrutura, que corresponde aos planos de preservação do património histórico de uma "cidade de turismo e de cultura como Macau".

Ponto Final, 29/6/01



A Casa do Mandarin ou Casa de Zheng. Casa com um importante valor histórico, localizada na Rua Santo António da Silva, n.º12. Desenho de Aric-Chan Chi Lek.

Simpósio Internacional sobre a Cultura Metropolitana de Macau

O desenho arquitectónico pode ser sucintamente definido como um Acto Cultural, o que significa que, para além da competência técnica, o projecto deve reflectir as aspirações colectivas no espaço e na forma, dada a responsabilidade ética do Arquitecto de observar uma resposta cultural. Esta habilitação ultrapassa a formação académica na medida em que cada edifício espelha a aptidão pessoal em observar e identificar as qualidades de determinado ambiente cultural. O frequentemente referido valor artístico da Arquitectura, quando existe, é a expressão de uma capacidade de entendimento global para uma abordagem cultural no Desenho.

Por todo o Sudeste Asiático, as nossas Organizações Profissionais têm desenvolvido esforços no sentido de legislar e proteger a classe dos efeitos colaterais da globalização e da abertura do mercado de trabalho.

O que está em causa não é apenas a estabilidade de um tecido profissional local, mas essencialmente assegurar que a profissão seja assegurada por profissio-

nais com uma experiência personalizada do ambiente cultural que sejam capazes de ligar o desenho à realidade envolvente.

O Desenho de Arquitectura no Sudeste Asiático necessita ainda de valorizar o seu estatuto enquanto Acto Cultural para se manter a par do desenvolvimento económico e social do período pós-colonial.

A importância dos direitos de autor e o seu acompanhamento em Macau, tal como defendido pelos seus membros na última Assembleia Geral, é algo que deve ser seguido de perto pela classe mas também pela atenção pública. Neste sentido é entrevistado nesta edição o Dr. Boris Marcq, Presidente da «Associação da Propriedade Intelectual de Macau».

A já longamente esperada publicação das actas do Simpósio Internacional sobre a Cultura Metropolitana de Macau foi agendada para meados de Julho.

Obrigado ao ICM. O Simpósio reuniu um conjunto importante de contributos sobre a Cidade, com um vasto enquadramento científico e político, e estou certo que este documento se irá tornar um instrumento fundamental na reflexão sobre a Natureza e a Vocação de Macau. A Universidade de Minnesota e o Instituto Cultural de Macau, sob coordenação do Professor Arthur Chen, organizaram este evento em 1998.

Rui Leão, Arquitecto Macau

Associação de Arquitectos de Macau
Avenida Coronel Mesquita, n.º 2F
P.O. Box 3091 Macau
Tel. 00 853 703458
macauaam@macau.com